

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal conseguiu aprovar, na semana passada, na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público desta Casa, o PL nº 1.992/07, que cria um fundo único de previdência complementar para os servidores públicos, entregando o direito à aposentadoria do funcionalismo público ao sistema financeiro. O PL, enviado pelo governo Lula ao Congresso em 2007, cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) e iguala a previdência dos setores público e privado. Assim, os servidores que ingressarem no setor público federal a partir da criação do FUNPRESP terão suas aposentadorias limitadas pelo teto do INSS, que hoje é de R\$ 3.689,99, como acontece com quem se aposenta pelo Regime Geral de Previdência. Para receber além do teto do INSS, o servidor terá de aplicar parte de sua remuneração na Fundação, que já nascerá como o maior fundo de previdência privada do país. Como falamos nesta tribuna na semana passada, o projeto foi abraçado pelo governo em sua lógica de ajuste fiscal. A gestão Dilma trabalhou pesado — colocou cinco ministérios para viabilizar a aprovação do texto, vejam só! — e conseguiu que o parecer do relator Silvio Costa (PTB-PE) recebesse 13 votos contra sete na Comissão. Falta votar 12 destaques — o que deve acontecer esta semana — e depois o PL passará por outras comissões. Mas não virá ao plenário da Câmara, onde poderia ser debatido pelo conjunto daqueles que representam o povo brasileiro. E tudo indica que a mão forte do governo também trabalhará para que o texto não seja modificado nas comissões de Seguridade Social e de Finanças e Tributação. Ou seja, vão dar um cala-boca nos parlamentares da base aliada, como fizeram na Comissão do Trabalho, e mais uma vez passar por cima dos direitos dos trabalhadores, ignorando as diferenças entre o funcionalismo e o setor privado e a importância de uma aposentadoria digna como estímulo para a qualificação do funcionalismo público brasileiro. Esta que é uma obrigação do Estado e, sem dúvida, algo que só tem benefícios a trazer à nossa população. Assim, em nome da manutenção da política econômica e da preservação dos agrados aos banqueiros, a Previdência Social do funcionalismo público é o mais novo setor a ser privatizado pelo governo Dilma. E quem está de olho neste novo fundo? O capital financeiro, evidentemente. Qualquer semelhança com o que vemos acontecer na crise econômica na Europa não é mera coincidência. Também não é à toa que a grande mídia, altamente financiada por este setor, propaga em alto e bom som o discurso falacioso, dos sucessivos governos, de que “a conta da Previdência não fecha”. De acordo com números divulgados pelo próprio Ministério da Previdência Social e pela Receita Federal, a Seguridade Social tem superávit todos os anos. Em 2010, o saldo positivo da conta foi de R\$58 bilhões! Como é que “a conta não fecha”? Dizem isso porque insistem em fazer os cálculos com base apenas na contribuição sobre a folha de pagamento dos trabalhadores e dos empresários, quando as receitas da Previdência devem ser analisadas no conjunto da Seguridade Social, que engloba, além da Previdência, as áreas da Saúde e da Assistência Social. O que ninguém calcula são os bilhões em renúncias à Seguridade Social de que o governo abre mão, para beneficiar diferentes setores da economia, e a retirada de dinheiro da Previdência “autorizada” pela Desvinculação de Receitas da União (DRU). Todos os anos, cerca de R\$ 45 bilhões de contribuições para a Saúde, a Assistência Social e a Previdência são desviados da Seguridade Social e alocados no pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Somente no ano passado foram mais de R\$ 640 bilhões, incluindo o assalto aos cofres da Previdência. É por isso que “a conta não fecha”... E aí, para manter essa engrenagem funcionando, de quatro em quatro

anos o Brasil passa por uma "Reforma da Previdência", que historicamente tem como principais alvos os servidores públicos e os aposentados e pensionistas do funcionalismo. Foi em uma dessas reformas que se teve a brilhante idéia de cobrar a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público, fazendo com que esses trabalhadores, que por uma vida toda se dedicaram ao funcionamento do país, sigam tendo uma parcela de sua aposentadoria abocanhada pelo sistema. O problema é que nem financeiramente essa cobrança se justifica. O valor arrecadado com a arrecadação da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas não chega a 10% do que deixa de ser cobrado pelas renúncias voluntárias do governo. Ou seja, por maior que seja o sacrifício imposto a aposentados e pensionistas, se não mudarmos esta política econômica, seguiremos enxugando gelo. Nesta quarta-feira, o conjunto das entidades representativas de servidores públicos da União, Estados e Municípios estará em Brasília, em mais uma mobilização nacional pela aprovação das PECs nºs 555/2006 e 270/2008, que estão na Ordem do Dia para serem votadas, mas que enfrentam a resistência da lógica econômica que vigora no governo e em setores que sempre colocam os interesses do capital acima dos direitos dos trabalhadores. É preciso lembrar que as PECs não criam novos benefícios; apenas resgatam direitos adquiridos. Enquanto a PEC nº 555 acaba com a contribuição previdenciária dos inativos, a PEC nº 270 resgata a integralidade e paridade da aposentadoria aos aposentados por invalidez. O inacreditável é que, enquanto os movimentos se organizam para tentar recuperar direitos retirados, o governo vai na contramão e aprofunda os ataques ao funcionalismo, igualando agora a aposentadoria do setor público à do privado e criando um fundo que acumula ainda mais o capital financeiro em nosso País. O PSOL nasceu da luta contra a Reforma da Previdência implementada pelo governo Lula. Esta é uma questão central para o nosso partido. Por isso, manifestamos aqui nosso compromisso com a luta servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, e nosso apoio integral ao encontro que realizam esta semana em Brasília. Pela valorização dos servidores públicos! Contra a privatização da Previdência Social do funcionalismo! Pela aprovação imediata das PECs nº 555 e 270!